

Entrevista com a Prof^a. Dr^a. Ana Maria Veiga

Ana Maria Veiga: Possui graduação (2006), Mestrado (2009) e Doutorado (2013) em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Compõe o corpo editorial da *Saculum* - Revista de História e é uma das líderes do grupo de pesquisa *Projet.AH* - história das mulheres, gênero, imagens, sertões e possui experiência como roteirista e produtora audiovisual. Sua tese resultou no livro *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades* (2022), também é uma das organizadoras do livro *Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos* (2022).

Entrevista concedida via correio eletrônico às doutorandas Karina Aparecida de Lourdes Ferreira, Hellen Silvia Marques Gonçalves e Stella Ferreira Gontijo, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membras da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2022/2023.

[Revista Temporalidades] Professora Ana Maria Veiga, primeiramente, gostaríamos de expressar nossa alegria em podermos entrevistá-la para o atual dossiê da Revista *Temporalidades*. Agradecemos a sua disponibilidade.

Você pode comentar sobre a sua trajetória e escolhas de pesquisa? Quais os caminhos te levaram ao amplo campo de análise que orienta o presente dossiê “Mulheres, gênero, feminismos”?

[Ana Maria Veiga] Minha trajetória na área de História começa tardiamente, depois de anos afastada da sala de aula como aluna. Depois de ter trancado o curso de Letras na USP, eu me mudei para Florianópolis e passei muitos anos trabalhando na área de produção audiovisual para TV. Passados mais de dez anos, comecei a sentir falta de estudar novamente e acabei fazendo vestibular para História. Foi na Universidade Federal de Santa Catarina que eu conheci aquela que seria uma inspiração para vários momentos da minha carreira, a professora, minha orientadora e amiga Joana Maria Pedro. Minha sensibilidade para as questões de gênero e a história das mulheres, então, só fez crescer, desafiada depois também pelas instigantes discussões dos feminismos negro e decolonial. No TCC eu estudei representações de mulheres (negras) nos sambas dos anos 1930 e 1940, em contraposição com representações e prescrições para as mulheres adequadas (brancas)

em uma revista feminina, *Jornal das Moças*, publicada no mesmo período. No mestrado, pesquisei a formação de redes feministas entre mulheres brasileiras e Argentinas.

[R.T.] Em sua tese de doutorado “Cineastas Brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades” você se debruçou sobre as obras de Helena Solberg, Tereza Trautman e Ana Carolina. Como o trabalho dessas diretoras foi atravessado pela colonialidade? Você pode citar filmes que partem da perspectiva decolonial?

[A.M.V.] A minha tese trata das obras de três cineastas brancas, portanto privilegiadas, mas isso não tira o mérito de trabalhos cinematográficos que atravessam as décadas e continuam sendo atuais em suas discussões. O cinema brasileiro dos anos 1970 e 1980 era um meio que demandava recursos financeiros, mesmo isso tendo sido amenizado com a possibilidade da câmera na mão e as tomadas externas, sem a necessidade de grandes estúdios e todo o seu aparato técnico. No caso das cineastas, Helena Solberg foi quem saiu do Brasil e teve o interesse em discutir a situação das mulheres latino-americanas, não apenas das brasileiras. Isso levou essa diretora a um aprofundamento do conhecimento da então chamada “condição feminina” referente a essas mulheres trabalhadoras e de territorialidades não-centrais. Seus filmes do que denominei o ciclo latino-americano certamente trazem uma perspectiva decolonial, se usarmos esse termo conscientes de seu anacronismo. Colocar mulheres camponesas bolivianas, peruanas, ou mesmo operárias argentinas, como protagonistas de um documentário – no caso *La Doble Jornada/Double Day* – é uma ação que se coloca “rumo a um feminismo decolonial”, parafraseando María Lugones (2014). Outro filme seu dessa mesma empreitada cinematográfica é *Simplemente Jenny*, cuja protagonista é uma menor infratora boliviana, que fala dos seus sonhos e desejos, mesmo por trás das grades de um reformatório. As películas, de 1976 e 1979, respectivamente, colocam em foco mulheres de ascendência originária, atravessadas pela colonialidade que as aprisiona em uma história de expropriações e violência. Quanto às outras diretoras, seus filmes tratam de mulheres da camada média brasileira, sem tantos problemas financeiros (de classe e raça), abundando em dramas emocionais e de gênero.

[R.T.] Você se dedicou a estudar a militância de mulheres e os feminismos no Cone-Sul no período ditatorial. O que você pôde observar sobre esse movimento de mulheres e sobre a produção historiográfica a respeito dele? Podemos falar em um duplo silenciamento? Como esses silenciamentos afetam os movimentos sociais, particularmente o feminista, e nosso campo disciplinar na contemporaneidade?

[A.M.V.] Eu creio que o silenciamento já foi bem maior. Nós sabemos que a historiografia ainda carrega fortes marcas de gênero e de regionalização. A história que é feita em São Paulo e no Rio de Janeiro, por vezes em Minas Gerais, ainda é considerada nacional, enquanto a de outras localidades é tomada como regional – o que demonstra uma falsa noção universalizante desse eixo de poder econômico e político. Isso interfere em âmbitos dos mais variados, desde a distribuição de recursos até a visibilidade dos trabalhos e sua distribuição, em termos de publicação e acesso. Felizmente, a historiografia feminista foi construindo um caminho próprio, com verbas e financiamentos que as historiadoras e os historiadores foram buscar em instituições nacionais e estrangeiras, seguindo um pouco as pautas internacionais, que se apresentavam como eixos para a historiografia de diversos países – e considero essa uma das marcas da colonialidade do saber que nos assola. Sendo assim, é relevante pensar como a agenda de um feminismo transnacional chega nos recantos mais distanciados dentro do próprio Brasil, a partir dos anos 1980, principalmente. A Fundação Ford é uma instituição importante nesse sentido, também demarcando silenciamentos. Os estudos de gênero e feministas começaram a incomodar quando entraram com força na disputa de verbas públicas com outros campos da História e das Ciências Humanas. Em termos de uma “tradição”, estamos na sexta década de estudos feministas, o que não é pouca coisa. Vislumbrar isso como invisibilidade, hoje é uma questão de escolha, que inclusive faz parte dos currículos e dos planos de ensino.

[R.T.] Você conseguiu identificar alguma rede transnacional de mulheres intelectuais a partir das fontes analisados ao longo de seus trabalhos?

[A.M.V.] Na minha dissertação de mestrado eu fiz um mapeamento de publicações e ações feministas para pensar na possível formação de uma rede entre mulheres de dois grandes centros, nos anos 1970 e 1980, que são São Paulo e Buenos Aires. Por quê? Pelo simples fato de que nessas cidades é possível encontrar documentação a respeito disso. Mas uma grande contribuição a essa historiografia se deve às memórias de mulheres que viveram intensamente aquele momento e que estavam vivas para falar sobre ele, por meio de entrevistas. Nós, do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH – da UFSC, já dispúnhamos, desde 2005, de um acervo de entrevistas realizadas com feministas brasileiras por Joana Pedro, Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel, às quais foram se somando outras realizadas por estudantes de pós-graduação e de graduação. Eu fui uma dessas entrevistadoras, e me dediquei ao feminismo argentino desses anos. Com os relatos de Mirta Henault, Sara Torres, Leonor Calvera, Blanca Irbalucía, Dora Barrancos e Lucrecia Ollér, fui imergindo nessas memórias, apoiada na leitura de livros e periódicos, dentro do que chamamos

Projeto Cone Sul. Algumas mulheres argentinas e uruguaias circularam pelo Brasil nessas duas décadas recortadas, seja para eventos feministas, como é o caso de Lucrecia, ou buscando exílio das ditaduras militares, como vemos na história de Dora Barrancos. Os periódicos feministas também faziam suas viagens, já que podem ser encontrados em arquivos de países vizinhos. Sobretudo, entendo que uma rede intelectual se constituiu a partir de leituras de obras feministas. Mais uma vez a colonialidade torna-se evidente, já que quase a totalidade das entrevistadas havia lido Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Juliet Mitchell (as socialistas principalmente), Germaine Greer, Shulamith Firestone, entre outras autoras que publicavam sobre a “condição feminina”. Os círculos de leitura, as cópias mimeografadas, a importação e a tradução das obras eram ações que se repetiam nos países do Cone Sul, sobretudo no Brasil e na Argentina, fomentando a criação de grupos feministas e, antes disso, de grupos de conscientização, em espaços onde as mulheres compartilhavam suas experiências de opressão e se apoiavam mutuamente.

[R.T.] Finalizando a entrevista, por meio do seu contato com a escrita da História a partir de uma perspectiva de gênero, você poderia falar um pouco sobre o cenário historiográfico brasileiro? Quais caminhos você pode apontar para jovens historiadores/as que têm interesse no campo do presente dossiê “Mulheres, gênero, feminismos”?

[A.M.V.] É muito gratificante olhar para esse cenário com o qual cada uma e cada um de nós tem contribuído. O GT de Gênero da Anpuh é um grupo formado por mais de uma centena de historiadoras, em sua maioria, que promove encontros, trocas e ações conjuntas. Como exemplo, temos o podcast Segundas Feministas, que está entrando agora no seu quinto ano de atividade, trazendo debates e contribuições importantes de historiadoras de todas as regiões do Brasil sobre os mais diversos temas dentro do campo dos estudos feministas e de gênero. Outra questão que merece ser observada é a consolidação dos feminismos como um grande guarda-chuva que abriga movimentos sociais da diversidade, como o das pessoas LGBTQIAPN+, o das mulheres indígenas, negras e quilombolas, de religiões de matriz afro, entre outras possibilidades. Isso reverbera certamente na historiografia. Então, pensar feminismos, hoje, é pensar em uma ampla frente, que está nas ruas, nos movimentos sociais, mas também, e com força, dentro das universidades, em seus núcleos e nas “coletivas”. Alguns poucos departamentos de História espalhados pelo Brasil não têm ainda abertura para essas discussões, principalmente devido à ausência de profissionais que abracem essa perspectiva e acolham as demandas de estudantes, porque esta sempre está presente. Eu me lembro da minha chegada à UFPB em 2018, quando três estudantes de graduação (Amanda, Rodolfo e Henrique) estavam no corredor, esperando para me conhecer e, por fim,

inaugurar esse debate ali, tanto na graduação quanto na pós. Fico feliz por poder fazer parte dessa história e de atender a essa demanda tão urgente. Assim começou também o grupo ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões. Inicialmente éramos nós da UFPB, mas aos poucos a perspectiva de união intelectual e afetiva foi seduzindo outras colegas, como Vânia e Tânia Vasconcelos, da UNEB, Cláudia Maia, da UNIMONTES, Alcileide Cabral e Janaína Guimarães, da UFRPE, Temis Parente, da UFT, Rose Elke Debiasi, da UFS, Juciene Ricarte, da UFCG, Flávia Machado, do IFG, Susel Oliveira, Alômia Abrantes e Dayane Sobreira, da UEPB, e outras que não param de chegar para somar. Não temos dúvidas de que a historiografia feminista e de gênero também tem seu *mainstream*, suas linhas centrais de nomes reconhecidos. Porém, juntas levamos adiante a perspectiva de pensar a partir das margens, sempre numa provocação à discussão sobre o que é de fato centro e como se constroem as periferias, e também como esse lugar de “margem” é central para nós, com toda sua liberdade e com a perspectiva de se pensar em uma historiografia decolonial, em histórias “outras”, por isso ricas e não-hegemônicas em suas visões e abordagens. Ou seja, a historiografia das mulheres, feminista e dos estudos de gênero não se contenta mais com as fórmulas cristalizadas dos temas centrais, ela é chamada a pensar raça, classe, territorialidade e outros fatores que vão além do gênero. Esse é um campo fértil que se abre às e aos jovens historiadoras/es em formação. Além disso, a História Pública e a História Digital vêm sendo cada vez mais apropriadas e desenvolvidas com base em temáticas e na perspectiva de abordagem feminista, decolonial e interseccional. As ferramentas estão aí para ser apropriadas e reelaboradas de acordo com as demandas profissionais e sociais, e isso faz parte do nosso campo e da nossa própria história. Agradeço o convite para essa conversa.

Para quem tiver interesse, aproveito para deixar os endereços do nosso grupo e de um webdocumentário produzido coletivamente:

aprojetah.com.br

falasertaneja.projetah.com